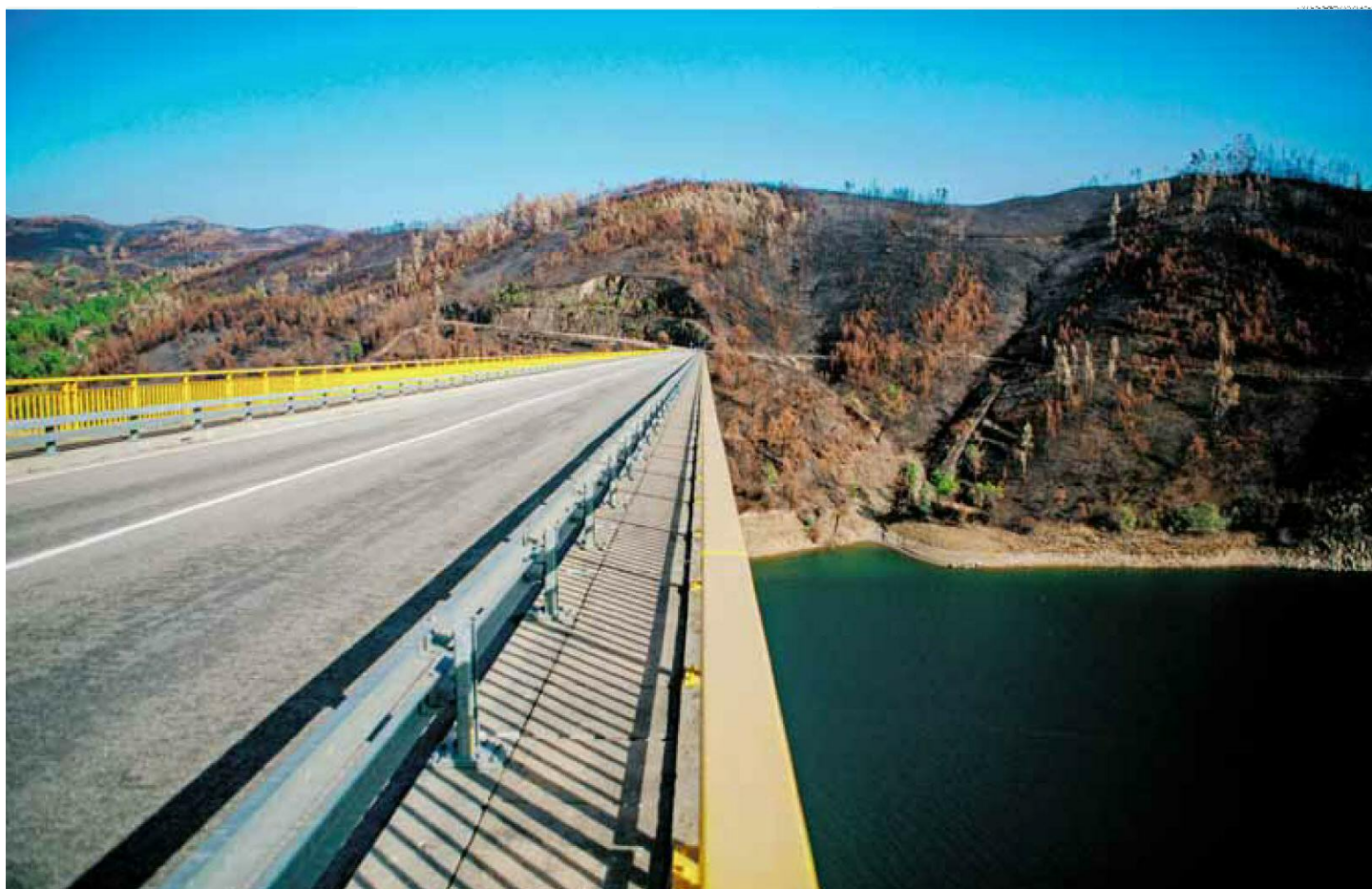


Cientistas alertam para impacto dos fogos na água da capital

Investigadores concluíram que os incêndios de 2017 devastaram cerca de 30% da bacia hidrográfica do Zêzere. EPAL garante que, até ao momento, não detectou alterações da qualidade da água



Com o arrastamento de solo e cinzas para o Zêzere, pode dar-se alguma eutrofização das águas

Incêndios Cristiana Faria Moreira

Os grandes incêndios florestais de 2017 podem afectar a qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Zêzere, que alimenta a barragem de Castelo de Bode, que, por sua vez, abastece a Grande Lisboa e grande parte da região centro. No entanto, tal não deverá reflectir-se na água que os consumidores bebem, mas poderá obrigar a EPAL, que garante o abastecimento, a ter de gastar mais no tratamento da água. A empresa

garante que, até ao momento, não detectou alterações na qualidade.

O alerta é de uma equipa de investigadores da Universidade de Aveiro e do Instituto Superior Técnico, que concluiu que cerca de 30% da bacia hidrográfica do rio Zêzere “foi devastada” por vários incêndios rurais em 2017. Estes fogos afectaram sobretudo o centro e fizeram 109 mortos. Arderam mais de 440 mil hectares, ou seja, quatro vezes mais do que a média registada nos dez anos anteriores, o que elevou

“o risco de degradação da qualidade da água por causa da rápida e descontrolada erosão dos terrenos e consequente incorporação nas águas de sedimentos e nutrientes destas áreas ardidas”.

“O transporte de cinzas e a erosão não implicam só perda de solo. É também o que esse solo leva com ele até às linhas de água”, nota a investigadora Diana Vieira ao PÚBLICO. Segundo explica a cientista do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (Cesam) da Universidade de

Aveiro, “o aumento da concentração de sedimentos e nutrientes poderá levar ao chamado *algae bloom*, que corresponde a uma rápida acumulação de algas na barragem”. Este processo, que é vulgarmente denominado de “eutrofização”, altera a qualidade da água.

Como consequência, explica a investigadora, os custos de tratamento para fim de abastecimento de água potável serão mais elevados, ou a sua distribuição poderá ter de ser mesmo interrompida. “Ao nível do utilizador final, o que pode acontecer é, das duas uma: ou os custos aumentam, ou pode haver cortes na distribuição de água. Nunca a instituição que gere a distribuição de água vai enviar água contaminada. O que pode acontecer é que os sedimentos das cinzas da área ardida vão até à albufeira e fiquem acumulados durante algum tempo”, que podem ser meses ou mesmo vários anos.

Em resposta ao PÚBLICO, a EPAL garante, contudo, que “dispõe de um programa de controlo de qualidade da água junto à captação de água bruta destinada à produção de água para consumo humano na albufeira de Castelo do Bode cujos resultados, até à data, não evidenciaram alterações da qualidade da água”.

A empresa diz ainda que, após os incêndios, foi reforçado o programa de monitorização e nota que, em caso de necessidade, “dispõe de uma linha de tratamento da água na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira preparada para garantir, em permanência, os elevados padrões de qualidade da água por si fornecida”.

‘Não há gestão pós-fogo’

Esta investigação está a ser realizada no âmbito da dissertação de doutoramento de Marta Basso, que é orientada por Diana Vieira. Este trabalho

teve por base um trabalho de simulação hidrológica – realizado em colaboração com Tiago Ramos e Marcos Mateus, do Instituto Superior Técnico –, que avalia e prevê a qualidade da água, a erosão pluvial e o comportamento das águas subterrâneas para os quatro anos que se seguiram aos incêndios (2018-2021).

“As simulações demonstraram um aumento substancial na resposta hidrológica e erosiva, assim como um aumento na concentração de nutrientes, representando um potencial risco de eutrofização, deficiência de oxigénio e redução da biodiversidade”, que também têm impactos nos habitats aquáticos, “especialmente em peixes e comunidades de invertebrados”, dizem os investigadores.

Para a investigadora, é urgente identificar as áreas que estão com maior risco de erosão. “Devíamos tratar essas áreas de maior risco e precaver que não haja transporte de cinzas e sedimentos desses locais”, nota. “Nós não fazemos nenhuma gestão pós-fogo em Portugal e acho que seria importante ter em conta que podem acontecer riscos destes”, alerta a investigadora. Ora isso passará, por exemplo, pela reposição do coberto vegetal nas zonas ardidas o mais rapidamente possível.

Os investigadores recomendam a aplicação do *mulching*. “Um acolchoado de resíduos orgânicos, a substituição da manta morta por uma manta artificial de resíduos florestais sobre o solo ardido. E isso já providencia uma boa redução desses arrastos”, explica a investigadora.

“Isto já é feito nos Estados Unidos e na Galiza frequentemente. É só pôr uma camada de palha ou de resíduos florestais por cima das áreas ardidas, o que tem bastante eficiência.”

cristiana.moreira@publico.pt